

PROTEGER A NATUREZA OU OS RECURSOS NATURAIS? IMPLICAÇÕES PARA AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS¹

Simone Rezende da Silva

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo – USP. Bolsista PNPd/CAPES. Departamento de Geografia. Avenida Prof. Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária. CEP: 05508-000. São Paulo-SP. E-mail: srezende@usp.br

Resumo:

Muitas das Unidades de Conservação Ambiental existentes hoje no Brasil e no mundo foram criadas em territórios de populações tradicionais camponesas, dando início a um processo de expropriação de suas terras, modo de vida e cultura. Este processo de expropriação tem sido um importante foco de pesquisa sobre o qual vários especialistas têm-se debruçado como agrônomos, antropólogos, biólogos e também os geógrafos, pois se trata da oportunidade de discutir as relações entre homem, natureza e sociedade, além de ser revelador de embates entre modos de vida. No presente texto buscamos evidenciar que o campo brasileiro contém uma grande diversidade, tanto de paisagens e produtos, quanto de culturas, modos de vida, de indivíduos que em cada parte do país vivenciam a natureza de forma particular, e que isto longe de ser um problema é uma possibilidade de implementação de novas formas de proteção da natureza.

Palavras chaves: natureza, conservação, populações tradicionais.

¿PROTEGER LA NATURALEZA O LOS RECURSOS NATURALES? IMPLICACIONES PARA LOS PUEBLOS ORIGINARIOS

Resumen:

Muchas áreas naturales protegidas que existen hoy en Brasil y el mundo se han creado en las zonas de los campesinos tradicionales (pueblos originarios), iniciando un proceso de expropiación de sus tierras, medios de vida y de su cultura. Este proceso de expropiación ha sido un importante foco de la investigación sobre las que se han ocupado diversos especialistas tales como agrónomos, antropólogos, biólogos y también geógrafos porque es la oportunidad de discutir la relación entre el hombre, la naturaleza y la sociedad, además de ser revela un enfrentamiento entre los modos de vida. En este texto se muestra que el campo brasileño contiene una gran diversidad de los paisajes y productos, culturas, modos de vida, de personas que en todas las partes del país están viviendo la naturaleza de una manera particular, y esto lejos de ser un problema es la posibilidad de implementar nuevas formas de protección de la naturaleza.

Palabras claves: naturaleza, conservación, pueblos originarios.

¹ Este artigo faz parte das reflexões desenvolvidas no âmbito do Pós-Doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física/USP, financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd/CAPES.

Introdução

A noção mais abrangente e difundida do que sejam os “recursos naturais” nos remete imediatamente à idéia de uma natureza utilizada pelo homem, afinal recurso, segundo o Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa (FERREIRA, 2004), “é o ato de recorrer. Auxílio, proteção, socorro ou ainda fontes de riquezas materiais que existem em estado natural, tais como florestas, reservas minerais, etc.” Ou seja, “recurso natural” expressa a necessidade do homem em buscar na natureza as condições para a manutenção de sua vida, que em um entendimento mais amplo pode levar em consideração aspectos materiais e simbólicos desta.

Contudo, os homens não são iguais e o conceito de natureza é uma importante chave de compreensão das diferentes visões das sociedades, pois cada povo se relaciona com a natureza por ele interpretada. Em outras palavras, a forma como uma sociedade conceitua a natureza determina de qual maneira ela vai se relacionar com esta. A relação dos povos com a natureza se estabelece no interior das sociedades, tanto quanto as relações sociais. “O conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.” (GONÇALVES, 2000, p. 23).

A forma como a sociedade pensa a natureza legitima suas ações. Portanto, faz-se necessário conhecer o conceito de natureza nas diferentes culturas que se vai estudar, bem como o conceito de natureza de nossa própria sociedade, visto que esta se tornou dominante nos últimos dois séculos, quase sempre ignorando outras formas de pensar o mundo e especificamente a natureza.

Para Dominique Bourg (1993) mesmo a evidente dimensão dos problemas ambientais atuais não é capaz de ocultar a diversidade das relações que mantemos com a natureza:

Se temos apenas um planeta Terra, em compensação temos muitas maneiras de o habitar. E esta diversidade não é somente econômica:

em cada área de povoamento existe uma sensibilidade à natureza, específica e dominante. Em parte, estas sensibilidades foram afeiçoadas pelas grandes religiões (...). As modalidades de apreensão social da natureza são provavelmente tão numerosas quanto os grupos sociais (Bourg, 1993, p. 7).

Desta forma, há que se levar em consideração de que sociedade se está falando quando da definição acerca da gestão de determinados recursos naturais.

Considerando o aspecto social o campo brasileiro contém uma grande diversidade tanto de paisagens quanto de culturas, modos de vida, de pessoas que em diferentes contextos territoriais vivenciam o campo com valores e atitudes peculiares, sendo regionalmente definidos como caiçaras, quilombolas, ribeirinhas, jangadeiros, etc. Muitos são os conflitos e problemas enfrentados por estas populações consideradas muitas vezes à margem do desenvolvimento e que vem persistindo, reinventando seu modo de vida e buscando, via de regra, a permanência em seus territórios ancestrais.

No percurso histórico de nosso país as populações despossuídas e/ou etnicamente diferenciadas (como indígenas, negros e mestiços) foram impelidas a procurar abrigo na fronteira florestal, constituindo assim segmentos societários culturalmente diferenciados à margem do grande processo de desenvolvimento do país e que tornaram o campo brasileiro lugar de muitas posses e poucas propriedades, um verdadeiro mosaico de culturas que se relacionam de forma diferenciada com a natureza ou com o que venha a constituir seus recursos naturais.

O Brasil é um país multifacetado e a verificação de diversificadas situações é fundamental para construir um corpo analítico de questões que envolvem a sociedade complexa que somos. Desta forma, pode-se afirmar que a expressão “populações tradicionais” inclui uma gama variada de populações rurais. Aqui, estas como categoria da antropologia, encontram-se dentre as chamadas “sociedades rústicas”, fazendo parte da sociedade dominante, embora de forma marginal. São populações que utilizam em suas atividades de reprodução de seu modo vida recursos da natureza, causando a esta baixo impacto por deterem um conhecimento etnoecológico desta e por dependerem

da continuidade dos recursos, seja prática ou simbolicamente. Designa, portanto, populações de pequenos pescadores, pequenos agricultores, ribeirinhos, pantaneiros, extrativistas, quilombolas, caipiras e caiçaras, entre outros.

As populações tradicionais tratam-se, portanto, na maioria das vezes, de populações rurais, que assim como outras no Brasil sofrem com problemas fundiários. São populações camponesas, caracterizadas por uma intrínseca relação com a natureza, com a terra, na qual utilizam o trabalho familiar, numa economia voltada primeiramente para o próprio provimento, no qual cada membro participa de acordo com suas possibilidades.

Muitas vezes estas populações não são essencialmente agricultoras, podem ser pescadores, coletores, caçadores, ou seja, o caiçara que combina a agricultura e a pesca em seu calendário trabalha com sua família e necessita da terra e da natureza prática e simbolicamente; o ribeirinho na Amazônia que depende da floresta e dos rios para sua sobrevivência. Em ambos os casos não só sua economia, mas seu modo de vida, a sua reprodução social, ligam-se irremediavelmente à natureza

Portanto, uma eficaz estratégia de conservação da natureza deve ter em conta que tão importante quanto a biodiversidade é a sociodiversidade, pois se entende não haver natureza intocada, principalmente ao se deparar com o fato de que o que parecia selvagem, virgem ou intocado, há gerações já se constituía como recurso natural em outras culturas. A biodiversidade para Diegues e Arruda (2001, p. 11) “não se restringe a um conceito pertencente ao mundo natural; é também uma construção cultural e social. As espécies são objeto de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais”.

De acordo com Nurit Bensusan (2006) a biodiversidade de uma área seria o produto da história da interação entre o uso humano e ambiente. Uma combinação não apenas de alterações de fatores biofísicos, mas também de mudanças nas atividades humanas. Frequentemente o que é chamado de padrão natural não é senão o resultado de padrões de uso da terra e dos

recursos associados e que são resultado de determinados estilos de vida ao longo do tempo.

Atualmente muito se tem discutido sobre a importância da biodiversidade e muitos trabalhos têm sido realizados com o objetivo de salvaguardar o que grande parte dos pesquisadores acredita tratar-se esta. Em seu Art. 2º a Convenção sobre Diversidade Biológica² - CDB a define biodiversidade como:

a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Contudo, essa definição entende a biodiversidade como produto exclusivamente natural, e não inclui a importância da ação humana na natureza ou muito menos que haja sociedades que não se vejam apartadas desta.

O entendimento, até agora predominante, de que toda relação entre homem e natureza seja destrutiva é simplificador e injusto com inúmeras culturas que desenvolveram outras formas de relação com a natureza.

Além disso, esta forma de perceber homem e a natureza em campos opostos engendrou um modelo de proteção da natureza na qual o homem deve figurar apenas como um visitante, um apreciador temporário de uma natureza ilhada, preservada e intocável.

O modelo de Área Natural Protegida³ que não permite moradores em seu interior não faz distinções entre as várias formas de sociedade (a urbano-industrial, a tradicional, a indígena, etc.) e mesmo quando se trata de comunidades tradicionais presentes há gerações nessas áreas, estas passam à ilegalidade quando uma Área Natural Protegida é estabelecida sobre seus territórios, dando início assim a numerosos conflitos de territorialidades. Para

² Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_cdb.php (acessado em 13/03/11)

³ Este termo é definido pela IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) como “uma área terrestre e/ou marinha dedicada especificamente a proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e a qual é manejada por disposições legais e outros meios efetivos” (IUCN, 1994).

Diegues e Arruda (2001) esse modelo de proteção da natureza está em crise, pois parte de preceitos inadequados à nossa realidade.

As áreas protegidas brasileiras, em particular as de uso indireto, no entanto, encontram-se em crise; muitas são invadidas e degradadas. Para os defensores do modelo norte-americano de parques sem moradores, as razões de tal crise, em geral, estão relacionadas à falta de dinheiro para a desapropriação, de investimento público, de fiscalização e de informação aos visitantes. Para os que defendem outras alternativas de conservação, essas dificuldades são inerentes ao modelo atual predominante nas áreas protegidas, uma vez que, tendo sido criado no contexto ecológico e cultural norte-americano, não se aplica ao contexto dos países tropicais do Sul (DIEGUES e ARRUDA, 2001, p. 15).

Entretanto, o problema da inadequação desse modelo é apenas uma parte da questão maior que é visão de natureza separada do homem, estabelecida pela sociedade abrangente, e que está no âmago das relações por esta desenvolvida. Ou seja, da apropriação da natureza como matéria prima para suas atividades produtivas e como recurso natural inesgotável.

De acordo com Ponting (1995, p. 236-237) o modo de pensar o mundo que se tornou dominante nos últimos séculos provem da Europa, entretanto, suas raízes podem ser encontradas na influência dos filósofos da Grécia e Roma antigas e das idéias que a religião cristã herdou de suas origens judaicas.

A partir da expansão judaico cristã pelo Ocidente a idéia de homem e natureza separados acentuou-se, pois se Deus criou o homem a sua imagem e semelhança, e Deus é único, onipresente, onisciente e onipotente, logo, o homem é superior às outras formas de vida. A idéia de que Deus dera aos seres humanos o direito de explorar as plantas, os animais e o mundo inteiro para seu benefício foi extremamente conveniente aos interesses de expansão mercantil da época.

Porém, segundo Gonçalves (2000) é com Descartes que essa oposição se tornará mais completa, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo que será marcado pelo caráter pragmático do conhecimento e pelo antropocentrismo (homem sujeito x natureza objeto). A partir de então, devido às grandes conquistas do período Mercantilista e

colonialista, a visão antropocêntrica ganhou força e passou a ressaltar a capacidade humana para dominar a natureza.

O século XVII foi marcado por avanços da ciência e da tecnologia, corroborando para a idéia de que a ciência era um instrumento vital para que o homem dominasse a natureza. Estes avanços científicos adentram o século seguinte, que foi marcado por um grande otimismo quanto à inevitabilidade do progresso. O Iluminismo do século XVIII impôs o racionalismo e varreu os resquícios da influência divina da natureza.

Em meados do século XIX, mais precisamente após 1859, com a publicação de *A origem das espécies* de Charles Darwin, inicia-se o rompimento de um paradigma sobre a origem do homem e sua evolução, contrapondo-se ao criacionismo. Contudo, o homem continuou a ser o centro, pois as interpretações dessa teoria levaram em consideração primordialmente, a seleção natural, ou seja, o homem estava naturalmente mais apto a dominar o restante do mundo, da natureza.

O surgimento do Capitalismo, a Revolução Industrial e, portanto, a necessidade cada vez maior de matérias primas para alimentar as indústrias que proliferavam velozmente reafirmou não só a separação entre o homem e a natureza, mas também a posição dominadora do homem diante da natureza tida apenas como recurso natural.

Diante da acelerada expansão humana e da progressão da degradação de recursos, nos EUA nascem no final do século XIX as primeiras propostas de Áreas Naturais Protegidas, com o objetivo de salvaguardar ilhas de natureza selvagem *wellderness* que deveriam permanecer intocáveis como amostras de um paraíso há muito perdido.

O modelo de proteção da natureza adotado no Brasil seguirá em grande parte o norte americano, o que acarretará conflitos que se estendem até a atualidade visto que estas ilhas de preservação foram criadas, em muitos casos, sobre os territórios de populações tradicionais.

Proteção da natureza: velhas e novas formas

A criação de Áreas Naturais Protegidas, as Unidades de Conservação, como são conhecidas no Brasil trata-se de uma das principais estratégias de proteção da natureza adotadas no mundo. E embora a reservação de áreas de natureza a serem protegidas não seja um fato recente na história da humanidade, a perspectiva de reservar áreas intocadas e intocáveis é revestida de um novo valor a partir do séc. XIX, o da separação entre homem e natureza.

Além disso, a adoção desta estratégia dá início a uma série de conflitos que envolvem diversas populações tradicionais, afinal, via de regra, são nos territórios destas que grande parte das Unidades de Conservação são criadas.

Contudo, discussões relevantes, acerca destes conflitos e do papel das populações tradicionais na manutenção da biodiversidade, surgiram apenas a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, ganhando força numa perspectiva ecológica. Obtendo maior visibilidade quando um novo ecologismo passou a contrapor-se à antiga, mas não superada, forma de proteção da natureza, que era exatamente a de reservação de áreas de natureza intocada, isoladas, onde o homem deveria figurar apenas como visitante.

Em todo o mundo houve um grande aumento na criação de áreas naturais protegidas durante as décadas de 70 e 80 do século XX, o que era explicável pela percepção da acelerada perda de biodiversidade causada pelo modo de desenvolvimento adotado pela sociedade abrangente. A possibilidade de geração de renda por meio de turismo nessas áreas e a disposição dos fundos internacionais para a conservação faziam parte também das justificativas.

Segundo Diegues (1994, p.16), “os governos quase nunca avaliam os impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais, que, muitas vezes, tinham sido responsáveis pela preservação das áreas naturais”. Isto acontece porque há a transposição de modelos de conservação da natureza inadequados para a nossa realidade e que se aliam a

outros problemas pré-existentes, como conflitos fundiários, expansão urbana, crises econômicas, desemprego, dívida externa, que estão na base do que ele chama de “crise da conservação”.

De acordo com Brito (2003) e Diegues (1994), no Brasil, embora algumas medidas já tivessem sido tomadas como a criação do Horto Botânico e do Serviço Florestal do Estado de São Paulo em 1896 e a criação de Serviço Florestal Federal em 1921, a política ambiental brasileira passou a estruturar-se somente a partir da década de 30 do século XX. Em 1934 foram elaborados o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca e o Código das Águas. A Constituição de 1934 trouxe referências ao dever do Estado em proteger suas “belezas naturais” e a Constituição de 1937 endossou a de 1934 nesta questão. Em 1937 foi criado o Parque de Itatiaia, a primeira Unidade de Conservação do país. Em 1965 entrou em vigor um novo Código Florestal (Lei no. 4.771).

Porém, é somente entre as décadas de 70 e 80 que muitas Unidades de Conservação foram criadas ou implantadas de fato. Avaliando-se a conjuntura brasileira naquele momento, pode-se concluir que se tratava de um período de grande endividamento externo do país, junto a organizações como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que implantaram ou fizeram respeitar cláusulas da conservação do meio ambiente para financiamento de grandes projetos. O país estava sob regime autoritário/militar, e essas Unidades de Conservação foram estabelecidas sem critérios adequados (biológicos e sociais), de cima para baixo, sem consultar ou ao menos avisar as populações atingidas, visto que na maioria delas havia e há ainda hoje populações moradoras.

Angelo Furlan (2000, p. 175) avaliando as políticas públicas no que diz respeito à proteção da natureza até o final da década de 90 afirma que “não há registro de planos nacionais voltados para uma estratégia conservacionista abrangente que abarque, por exemplo, as diretrizes políticas que incentivaram a industrialização, a urbanização e a agricultura, principalmente o *agrobusiness* de exportação”.

Ou seja, as UCs. foram criadas de maneira autoritária, excludente e sem nenhum tipo de participação popular, trabalhos científicos foram ignorados e as metodologias usadas na criação dessas UCs. foram pouco ou nada discutidas e embasados em insuficientes estudos ambientais devido a cronogramas políticos reduzidos.

Este quadro de implantação de UCs. resultou em Unidades pouco eficientes, cuja fiscalização pode ser prova de que elas são impostas e não legitimadas pela sociedade, visto que reprime principalmente o morador tradicional, cuja presença é anterior à instituição da Unidade.

Contudo, é a partir dos conflitos estabelecidos entre populações tradicionais e áreas protegidas devido à sobreposição de territórios, principalmente após a década de 1970, que surge a reivindicação de alguns pesquisadores acerca de outra forma de pensar a relação entre homens e natureza.

Embora a maioria dos autores tenha centrado suas análises no conflito entre populações tradicionais e áreas protegidas (DIEGUES, 1994; PIMBERT e PRETTY, 2000; ARRUDA, 2000; ANGELO-FURLAN, 2000; REZENDE-SILVA, 2004) esta não é a única ameaça que tais populações enfrentam. Da mesma forma que áreas são escolhidas como patrimônios de natureza, outras o são como locais para a expansão de atividades de desenvolvimento econômico altamente consumidoras de recursos naturais.

A história de conquista, ocupação e desenvolvimento econômico do Brasil deu-se principal e fundamentalmente sobre áreas florestadas, num primeiro momento sobre o domínio da Mata Atlântica, avançando posteriormente pelos cerrados e demais formações naturais. Da extração de madeira, plantio de cana-de-açúcar e café à industrialização e urbanização, as florestas bem como suas populações nativas e outras a ela relacionadas (negros e mestiços) foram consumidas nesse processo. E mesmo atualmente elas continuam pressionadas e ameaçadas, florestas e populações.

Muitos pesquisadores (BALÉE, 1994 e 1998; DIEGUES, 2000; GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000; POSEY, 1987, 1998; REZENDE-SILVA, 2008) muitas das áreas habitadas por populações tradicionais se conservam com

cobertura florestal e com alta biodiversidade em virtude do manejo ligado ao modo de vida dessas comunidades. Esta forma de enxergar as relações entre homens e natureza pode ser chamada de “ecologia social ou histórica”, que em geral apóia-se na etnociência ou etnobiologia, isto é, nos conhecimentos empíricos e cosmológicos das populações tradicionais acerca da natureza como fonte de informação. Segundo Posey (1987, p. 15) a etnobiologia é: “o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia [...] é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes”.

As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma particularidade, no entanto, é que essa natureza diversa não é vista pelas comunidades tradicionais como selvagem em sua totalidade; foi e é domesticada, manipulada. Uma outra diferença é que essa diversidade da vida não é tida como ‘recurso natural’, mas como um conjunto de seres vivos detentor de um valor de uso e de um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia (DIEGUES e ARRUDA, 2001, p. 33).

Para Gómez-Pompa (1971, p. 124) “as florestas tropicais têm atrativos e problemas dificilmente igualados por outras floras no mundo, que vão desde o conhecimento das espécies que as compõem, até o entendimento da origem da diversidade e riqueza florística que as caracterizam.” Isto quer dizer que se conhece ainda pouco dessas florestas, principalmente no que diz respeito à origem de sua diversidade.

Gómez-Pompa (1971) postula, a partir de seus estudos nas florestas mexicanas, a idéia de que a riqueza de espécies nos trópicos está fortemente vinculada à vegetação secundária e que a evolução de muitos táxons tropicais não pode ser entendida sem se levar em conta seu comportamento na sucessão secundária, ou seja, ligada ao manejo exercido historicamente por muitas populações tradicionais, mas principalmente à agricultura itinerante.

Embora a sucessão ecológica ocorra também sem manejo humano, o que esse autor quer enfatizar é que o manejo realizado no México, por populações tradicionais, estava adaptada ao contexto das florestas tropicais por isso as enriqueciam.

O homem desde a pré-história interfere consciente ou inconscientemente na distribuição da vegetação, seja pela dispersão de sementes durante processos migratórios, pela proteção de espécies consideradas úteis ou sagradas, pela seleção de espécies para domesticação, pela caça ou domesticação de animais necessários à polinização de espécies da floresta, etc.. Gómez-Pompa (1971) afirma, por exemplo, que várias espécies da floresta tropical mexicana haviam sido manejadas pelo homem e sua distribuição se relaciona com este fato.

Os pesquisadores Catherine Larrère e Raphael Larrère também afirmam que o homem em determinadas condições desempenha papel crucial para a origem e manutenção da diversidade de espécies.

freqüentes e variáveis, as perturbações intervêm não somente para iniciar a sucessão, mas também em todos os momentos de seu desenvolvimento: desempenham papel determinante na variabilidade espacial e temporal da vegetação [...] Em realidade, toda fragmentação da biosfera, como se pode observar hoje, é o produto local de uma história singular e definitivamente única (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997, p. 140).

Diante de estudos que comprovam tipos de manejo, que vão desde a proteção de espécies até sua dispersão em determinados ambientes Diegues e Arruda (2001), bem como Gómez-Pompa e Kaus (2000) afirmam ser necessário repensar o conceito de florestas “virgens”.

À medida que aumenta o nosso conhecimento e entendimento sobre as influências antropogênicas na composição da vegetação madura, é necessário redefinir e qualificar o que se quer dizer por hábitat não modificado. A questão se refere simplesmente à densidade dos humanos, mas aos instrumentos, tecnologias, técnicas, conhecimento e experiência que acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, p. 133).

As populações tradicionais, indígenas ou não, têm formas próprias de nomear, classificar e atribuir valor à natureza com a qual estão, muitas vezes, intrinsecamente interligadas, por isso esta, em geral, não é entendida como recurso natural e sim como parte constituinte da vida cujos saberes são passados oralmente de geração a geração.

Para estes autores as práticas cotidianas dessas populações, tais como a agricultura itinerante, são responsáveis pela manutenção e por vezes também pelo aumento da biodiversidade local.

Gómez-Pompa e Kaus (2000) alertam para a importância de atuais e futuros cientistas entenderem as conseqüências ecológicas benéficas e destrutivas das perturbações antropogênicas e de incorporarem visões alternativas no trato com o meio ambiente, avaliando-o em seu contexto histórico, social e cultural. Para estes autores, por exemplo, a agricultura de corte e queima, a coivara, é parte integral dos ecossistemas florestais tropicais há milênios, contudo, ela não deve ser confundida com queimadas abusivas, realizadas em larga escala por agricultores que não têm domínio do ambiente local.

A coivara, como é conhecido no Brasil o processo de corte e queima de um pequeno trecho de mata para cultivo de alimentos para o grupo, assemelha-se ao processo natural de abertura de clareiras na floresta, que pode ser provocado pela queda de uma árvore sobre outras e que abre espaço para que novas plantas cresçam, causando assim diversificação dos ambientes. Depois de cultivada a terra é deixada em pousio, um descanso de anos ou décadas para a recomposição do ambiente (SAMPAIO e ANGELO-FURLAN, 1995).

Populações tradicionais possuem técnicas próprias de uso e manejo dos recursos naturais, através das quais interferem no processo de sucessão ecológica, promovem a regeneração de áreas degradadas, a ciclagem de nutrientes e o aumento da riqueza de espécies nos ecossistemas manejados

Afinal, de acordo com Diegues (2000, p. 30) o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

Darrell Addison Posey (1987) após efetuar pesquisas durante anos entre os índios caiapós, principalmente no que diz respeito à ecologia de insetos da floresta, em que contou com a ajuda dos indígenas, afirma existirem diversos mitos relacionados a insetos, e que são estes mitos os responsáveis

pela transmissão de muitos conhecimentos acerca do ecossistema no qual residem. Pois é a partir da observação da natureza que estas populações traçam estratégias para defesa da roça contra predadores, ervas daninhas, etc. Os indígenas desta etnia têm seus comportamentos relatados, em histórias com ligações entre insetos e humanos, relações baseadas em parentesco, em amizade, ou em desafios. Desta forma as informações são mais facilmente apreensíveis e transmitidas por toda sociedade.

Philippe Descola (2000) fortemente influenciado pelas idéias de William Balée (1994) afirma que estudos de ecologia e de etnoecologia, têm sido realizados há décadas e mostram que a fragilidade dos diversos ecossistemas tropicais e a diversidade e a extensão dos saberes, das técnicas desenvolvidas pelos ameríndios para tirar proveito de seu meio ambiente e adaptá-lo a suas necessidades estão relacionados. O autor sustenta ainda que além dos conhecimentos técnicos, botânicos, agrônômicos ou etnológicos empregados pelos índios em suas atividades de subsistência, é o conjunto de suas crenças religiosas e de sua mitologia que deveria ser considerado uma espécie de saber ecológico transposto, como um modelo metafórico do funcionamento de seu ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para que este se mantivesse em um estado de homeostasia.

Contudo, poucos são os pesquisadores que realmente enfrentam o desafio de transpor os limites de sua própria cultura e tentam conhecer e entender as formas de cognição e representação do mundo em culturas alheias a sua.

Grande parte das pesquisas sobre conhecimento tradicional limitam-se a inventários de nomes de plantas e animais nativos e seus usos. Tentativas para correlacionar inventários básicos com sistemas taxonômicos tradicionais e com padrões de comportamento utilitários relacionados inevitavelmente levam para estudos de conceitos simbólicos e metafísicos que expressem a lógica de outras realidades (POSEY, 1998, p. 104).

De acordo com Castro (2000) a produção de tais conhecimentos possui múltiplas dimensões, visíveis e invisíveis, referentes à própria organização do trabalho dos povos tradicionais reunindo elementos técnicos

com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico. Existe uma co-relação entre a vida econômica e a vida social do grupo na qual a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada. Esse sistema de saberes redonda em um inventário de utilidades dos recursos naturais, que se organiza a partir da proximidade e compreensão do ambiente circundante, que, no entanto, se assenta em uma compreensão não utilitarista desse conhecimento. Nesse sentido os estudos de Castro (2000, p. 39) alinham-se com os de Alfredo Wagner Berno de Almeida que afirma serem os conhecimentos das populações tradicionais mais do que utilitários, seriam sofisticados e inseridos em uma lógica de funcionamento do mundo não se restringindo “a um mero repertório de ervas medicinais. [...] Em verdade, eles compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos procedimentos para realizar a transformação.”

Nesse sentido, a produção de farinha de mandioca realizada pelos povos originários do Brasil e posteriormente difundida entre várias outras culturas do país, seria um exemplo de sofisticação desses conhecimentos, afinal a espécie de mandioca utilizada no fabrico da farinha, é conhecida por “mandioca brava” por conter grande quantidade de ácido cianídrico, altamente tóxico se ingerido por seres humanos. Contudo, os indígenas desenvolveram técnicas para eliminar tal substância e obtiveram um saboroso e nutritivo alimento para sua dieta.

William Balée (1998) preocupado com as inter-relações entre homens e o mundo natural, por ele chamado de biosfera, se propõe aos estudos de ecologia histórica e coloca três premissas para o entendimento dessas inter-relações:

Premissa 1 – Muita, senão toda, a biosfera não humana tem sido afetada pela atividade humana [...]. Premissa 2 – A atividade humana não leva necessariamente à degradação da biosfera não humana e à extinção das espécies, e também não necessariamente cria uma biosfera mais habitável para humanos e outras formas de vida e incrementa a abundância dessas [...]. Premissa 3 – Diferentes tipos de sistemas econômicos e sócio-políticos (ou economias políticas) em determinados contextos regionais tendem a resultar em efeitos qualitativamente diferentes sobre a biosfera, sobre abundância e especiação de formas de vida não humanas e sobre a trajetória histórica dos subseqüentes sistemas econômicos e sociopolíticos

humanos (ou economias políticas) nas mesmas regiões (BALÉE, 1998, p. 14, 19 e 22 – tradução nossa).

O que este autor está afirmando é que diferentes sociedades relacionam-se de distintas formas com seus ambientes. Não existindo natureza intocada, toda a natureza que se vê passou ou passa na atualidade por algum tipo de intervenção humana, por isso as paisagens, ou seja, a natureza em somatória de tempos é o resultado dessa inter-relação histórica.

Evidências sugerem que a criação de certas paisagens pelo homem não resultam em dano irreversível para a biodiversidade regional – debilitando assim a doutrina *Homo devastans*. A evidência está associada principalmente com as origens de plantas e animais domesticados e semidomesticados. Em algumas regiões do mundo neolítico, a domesticação de plantas e espécies animais pode ter acarretado um aumento líquido do número total de espécies presentes, assumindo que muitas vezes o progenitor selvagem continuou a existir. O Novo Mundo contribuiu com mais de uma centena de espécies de plantas para o inventário mundial de plantas domesticadas (BALÉE, 1998, p. 19 - tradução nossa).

Pesquisadores como William Balée (1998) e Darrell Addison Posey (1998) com uma longa trajetória de pesquisas com populações tradicionais e conservação da natureza exploraram com grande sucesso as potencialidades dos estudos de paisagens, sobretudo de paisagens aparentemente “naturais”, mas que continham fortes componentes antropogênicos. Para tanto procederam a estudos da ecologia histórica, que os permitiram, entre outras coisas, indicar outros rumos e perspectivas para uma melhor e mais justa conservação da natureza.

A ecologia histórica tem um papel importante em alertar cientistas de muitas disciplinas e subdisciplinas acerca da natureza e importância da influência humana na conservação, manejo e inclusive estímulo da diversidade biológica e ecológica. As qualidades antropogênicas da paisagem tem se tornado crescentemente evidentes, desta forma, diminuindo a idéia de que as sociedades humanas só podem ser destrutivas para a natureza e que os recursos tradicionais são “selvagens”. Estas descobertas também assinalam a necessidade de incluir recortes diacrônicos em todos os estudos biológicos e ecológicos (POSEY, 1998, p. 115).

Para este autor, bem como para muitos outros inseridos nos estudos de ecologia histórica, a paisagem é um conceito importante, visto que integra homem e natureza num mesmo cenário que vem sendo construído historicamente na inter-relação entre ambos, sendo o tempo um importante componente.

A paisagem – no sentido ecológico do termo – é uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. Sobre o fundo estável de uma arquitetura do conjunto (montanhas, pântanos, etc.) a transformação dos modos de ocupação do solo e dos sistemas de produção modifica a disposição dos habitats, a repartição dos agrossistemas, a fisionomia das florestas. As sociedades humanas modelam seu território [...] Mas a vegetação também tem uma dinâmica própria, trazendo sempre traços do passado, a paisagem, manejada ou abandonada, necessariamente se transforma [...] Se há uma base objetiva (ecologia de paisagem), a paisagem não é um lugar, mas um olhar sobre o lugar (LARRÈRE, 1997 p. 203).

De acordo com Diegues “As noções de co-evolução e de ecologia da paisagem revelam também que tanto as sociedades quanto a natureza se transformam, deixando de existir o ‘bom selvagem’ rousseauiano” (2001, p. 18). O que nos leva ao fato de que não existem modelos perfeitos, as populações tradicionais não são intrinsecamente conservadoras da natureza, nem estão congeladas no tempo. Estas populações se modificam sob o efeito de dinâmicas internas e externas, contudo seu desenvolvimento social econômico e cultural assenta-se em bases distintas das da sociedade abrangente, em muitos casos num ritmo mais lento e menos impactante à natureza da qual em muitas culturas são parte integrante.

A profunda ligação e dependência que estas comunidades mantêm com seus territórios e conseqüentemente com os recursos naturais destes, seja prática ou simbolicamente, permitem uma profícua parceria nos esforços para a conservação, na qual os conhecimentos das populações fossem valorizados e levados em consideração para implantação de políticas públicas para manutenção desses recursos.

A definição de paisagem como fruto de uma história comum e interativa entre homem e natureza e em constante transformação, auxilia uma nova perspectiva de conservação da natureza, e poderia, inclusive, ser um

conceito norteador de novos critérios de seleção de áreas prioritárias para a conservação da natureza, que hoje se baseiam principalmente em critérios biológicos restritos. Diegues (2000), por exemplo, sugere que um novo critério para seleção de novas áreas para conservação seja o da existência de áreas de alta biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etno-manejo realizado pelas populações tradicionais indígenas ou não indígenas.

Desta forma, essas populações ao invés de serem expulsas de suas terras/territórios, seriam valorizadas e incluídas em novas estratégias de conservação. Quebrando assim, barreiras e preconceitos que a ciência convencional tem criado ao longo do tempo.

Um exemplo claro de avanços conseguidos nesse sentido veio a partir dos movimentos sociais rurais, principalmente na figura do movimento dos seringueiros amazônicos, que a partir da década de 1970, dá início a organizações sindicais para garantir seu acesso à terra e aos recursos da floresta. Em 1985, eles unificaram a luta no Conselho Nacional dos Seringueiros, e apenas fazendo uso do que lhes era apropriado dentro do discurso e das práticas do movimento ambiental, conseguiram criar uma modalidade de área protegida, incorporada pelo SNUC⁴ a “Reserva Extrativista”, na qual seu modo de vida está adequado.

Embora as reservas extrativistas também apresentem problemas, principalmente no que diz respeito à viabilidade econômica, elas continuam a ser importantes modelos a serem aperfeiçoados para uma nova forma de conservação da natureza e desenvolvimento local em bases equitativas.

De acordo com Catherine Aubertin (2000, p. 165) as reservas constituem locais de experimentação para uma exploração sustentável da floresta, baseada no uso coletivo, onde as populações seriam as protetoras efetivas do meio ambiente. Além disso, as reservas extrativistas possibilitam a resolução de problemas fundiários para segmentos culturalmente diferenciados

⁴ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Lei no. 9.985 de 18 de julho de 2000. Ele divide as áreas protegidas no Brasil em dois grupos: Proteção integral (Parques nacionais/estaduais, Reservas biológicas, Estações ecológicas, Monumentos naturais, Refúgios da vida silvestre) e Uso sustentável (Áreas de proteção ambiental, Áreas de relevante interesse ecológico, Floresta nacional, Reservas extrativistas, Reservas de desenvolvimento sustentável, Reservas de fauna, Reservas particulares do patrimônio natural). Para maiores informações acerca do SNUC ver: BENSUSAN, 2006 e ANGELO-FULAN, 2000.

(tradicionais), o que não é pouco quando se avalia a história fundiária de nosso país.

Essa nova e incipiente forma de conservação da natureza, talvez inaugurada com o movimento dos seringueiros, pode ser chamada de “etnoconservação”. Esta buscaria maior adaptação às necessidades ambientais e culturais locais, descartando, no entanto, uma visão romanceada de que as populações tradicionais são conservadoras ambientais inatas. Deve-se, portanto, partir do pressuposto de que tanto o conhecimento científico quanto o tradicional são importantes para a proteção da natureza. O primeiro pela possibilidade de diálogo global e acesso à tecnologia de ponta em suas investigações, e o segundo por ter acumulado por gerações conhecimentos locais. Por isso pesquisadores têm se dedicado aos estudos de origem e evolução temporal de ambientes e sociedades:

Tem-se tornado cada vez mais claro que os sistemas ecológicos existentes de plantas e animais são uma função de seu passado único. Entender a história particular de uma comunidade moderna ou ecossistema é essencial para seu manejo atual (PIMBERT e PRETTY, 2000, p. 193).

Cada vez mais os conservacionistas se dão conta de que a estratégia de criação de áreas protegidas descontextualizadas do panorama político, social e cultural local, acaba resultando em perda de biodiversidade ou em uma conservação ineficaz.

Para Bensusan (2006) enquanto o mau uso da terra e dos recursos naturais fora das áreas protegidas persistir, o futuro das unidades de conservação e de sua biodiversidade estará ameaçado.

Novas formas de proteção da natureza pressupõem uma nova racionalidade sócio-ambiental na qual a diversidade cultural é uma necessária aliada. Desta forma, as populações tradicionais são importantes aliadas na conservação da natureza, pois sua conquista social e cultural é uma exemplar barreira ao avanço da degradação ambiental.

Há que se estar dispostos a novos princípios de gestão ambiental e de democracia participativa, pois os problemas ambientais estão, em grande medida, vinculados aos problemas sociais. Uma nova racionalidade ambiental

pressupõe uma nova racionalidade produtiva, que inclua as camadas marginalizadas de nossas sociedades.

O manejo sustentável e efetivo de áreas protegidas exige a mudança de atitudes 'normais' em prol de maior diversidade, democracia e descentralização. A visão de conservação aqui apresentada estabeleceria e desenvolveria parques e áreas protegidas com o objetivo de aumentar as oportunidades de melhoria de vida local e então integrar essas medidas com objetivos de melhoria de vida local e então integrar essas medidas com objetivos de conservação. Esse novo paradigma assevera que as múltiplas atividades de subsistência das comunidades rurais não são necessariamente incompatíveis com a conservação da diversidade biológica. Na verdade, sob certas condições a participação comunitária no manejo dos recursos naturais pode ajudar a manter o mesmo aumentar a diversidade biológica dentro e ao redor das áreas protegidas (PIMBERT e PRETTY, 2000, p. 216).

É necessário, portanto, que a proteção ambiental seja tomada sob um ponto de vista amplo, estratégico e político, isto é, que seja encarada como um investimento necessário não só para a preservação da natureza, mas sim como uma forma de desenvolvimento participativo e democrático, afinal a intensa fragmentação dos ambientes naturais são fatos preocupantes e que devem ter um tratamento urgente.

Desta forma, diante de remanescentes florestais e de populações degradadas e fragmentadas a adoção de políticas de recuperação qualitativa de paisagens visando a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida tem como elemento chave a interligação dos fragmentos florestais através de corredores.

Considerações finais

A proteção da natureza tem hoje um grande desafio a sua frente: Como conter a crescente degradação ambiental. A simples reserva de áreas de natureza intocada e intocável não é suficiente, nem tampouco eficiente, há nesta estratégia, como já visto, problemas de concepção e de gestão que devem ser revistos.

Desta forma, conclui-se que mais que pensar a conservação dentro de áreas protegidas é necessário pensar formas de conservação da natureza

em qualquer parte. Contudo, no que diz respeito à principal forma de proteção da natureza adotado em nosso país, é necessário e urgente não só o planejamento territorial dentro das unidades de conservação, mas também em seu entorno.

Diante de nossa realidade ecológica, fundiária e sócio-cultural, não é possível pensar estas unidades como ilhas isoladas de seu contexto local ou regional. Vários autores têm apontado que em grande medida os problemas ambientais têm íntima relação com os sociais. Pesquisadores têm constatado que não só estamos perdendo biodiversidade como também estão ocorrendo processos de opressão e perda de solidariedade com a maioria das populações.

Novos desenhos e objetivos para a proteção da natureza são necessários e possíveis. Muitas iniciativas nas últimas décadas têm tentado abordar a conservação e o desenvolvimento em um contexto integrado, que beneficiaria as populações locais e os sistemas naturais dos quais elas dependem.

Novas formas de proteção da natureza pressupõem uma nova racionalidade sócio-ambiental na qual a diversidade cultural é uma necessária aliada. Desta forma, as populações tradicionais são importantes aliadas na conservação da natureza, pois sua conquista social e cultural é uma exemplar barreira ao avanço da degradação ambiental.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Reúne Dumaró, 2004. p. 37–56.

ANGELO-FURLAN, Sueli. **Lugar e cidadania, implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do PEIB na Ilha de São Sebastião-SP)**. 2000. 2 vol. Tese (Doutorado em Geografia Física) Depto de Geografia, FFLCH/USP. 2000.

- ARRUDA, Rinaldo S. V.. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Nupaub/Annablume/Hucitec, 2000. p. 273-290.
- AUBERTIN, Catherine. As reservas extrativistas: inventário. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo. O extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP, 2000. p. 161-166.
- BALÉE, William. Historical Ecology: premises and postulates. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology**. Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.
- BALÉE, William. **Footprints of the forest Ka'apor ethnobotany the historical ecology of plant utilization by an amazonian people**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994. 396p.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo: Editora FGV, 2006. 176p.
- BOURG, Dominique. **Os sentimentos da natureza**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 266p.
- BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação, intenções e resultados**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2003. 230p.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 165-182.
- DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 149-163.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. 176p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. 290p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 163p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo. 2004.

GOMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos pra a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 125-147.

GOMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. In: **Biotropica**, Vol. 3, N° 2, 1971. p. 125-135.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2000. 144p.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 358p.

PIMBERT, Michel; PRETTY, Jules. Parques, comunidades e profissionais: incluindo "participação" no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub, 2000. p. 183-224.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

POSEY, Darrell Addison. Diachronic ecotones and anthropogenic landscapes in Amazonia: contesting the consciousness of conservation. In: BALÉE, William. **Advances in historical ecology.** Nova Iorque: Colombia University Press, 1998. p. 13-29.

POSEY, Darrell Addison. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta (Org.). **Suma etnológica brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1987.

REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica. Territórios quilombolas e a conservação da natureza.** 2008, 355p. Tese (Doutorado em Geografia Física), Depto de Geografia, FFLCH/USP. 2008

REZENDE-SILVA, Simone. **Camburi, território de negros, brancos e índios no limite do consenso caiçara. Transformações de uma população tradicional camponesa.** 2004, 214p. + anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Depto de Geografia, FFLCH/USP. 2004

SAMPAIO, Francisco de Azevedo de Arruda; ANGELO-FURLAN, Sueli. **Políticas públicas, desmatamento e agricultura no Vale do rio Ribeira de Iguape.** Estudo de caso 5. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais, 1995.

Recebido em: 04 de abril de 2011.

Aceito para a publicação em: 03 de outubro de 2011.